

Populismo, rentismo e Estado mágico: Notas agonísticas sobre a democracia na Venezuela

*Populism, rentismo and Magical State:
Agonistic notes on democracy in Venezuela*

Mayra Goulart | mayragoulart@gmail.com

Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ), Professora Adjunta de Teoria Política e Política Internacional da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Coordenadora do Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa (OPLOP/UFF).

Recebimento do artigo Dezembro de 2014 | **Aceite** Dezembro de 2014

Resumo A pesquisa aqui apresentada visa responder à seguinte pergunta: o governo de Hugo Chávez representa uma ruptura ou uma continuidade conquanto ao regime jurídico-político que o precedera? A resposta a esta questão será buscada por meio de um resgate da história venezuelana do século XX, nas dimensões jurídica, política, econômica e social. A partir deste objetivo, ao longo do trabalho será construída uma comparação entre as chamadas IV e V Repúblicas. Tal investigação, contudo, desdobrar-se-á em dois eixos intrinsecamente relacionados: um descritivo e outro normativo. No tocante ao primeiro, os esforços concentrar-se-ão na demonstração da pertinência do conceito laclauiano de populismo para o entendimento do tipo de vínculo representativo estabelecido entre Hugo Chávez e seus eleitores. Quanto ao segundo eixo, o objetivo é ressaltar, a partir das considerações de Ernesto Laclau, mas, principalmente, Chantal Mouffe, os riscos inerentes a este tipo de representação, assim como possíveis formas de contorná-los. **Palavras-chave** Populismo; América Latina; Venezuela.

Abstract The research presented here aims to answer the following question: To what extent does Hugo Chavez's government represent a break with the legal-political regime that preceded it? The answer to this question will be sought by means of a recovery of Venezuelan history of the twentieth century, in their legal, political, economic and social dimensions. With this intention, a comparison will be made between the so-called IV and V Republics. This research, however, will be unfold in two directions: one descriptive and the other normative. As regards the first, the purpose is to demonstrate the relevance of the

definition of populism by Ernesto Laclau to the understanding of the type of representative bond established between Hugo Chavez and his voters. As for the second axis, the aim is to highlight, based on the agonistic theories of Chantal Mouffe, the risks inherent in this type of representation, as well as possible ways to circumvent them. **Key-words** Populism, Latin America; Venezuela.

INTRODUÇÃO

Tal como entendida por seus apóstolos mais originários e fiéis, a modernidade não surge como o resultado da história, mas de uma ruptura para com ela. Na Venezuela, seu caráter repentino e sua instantaneidade são, contudo, singulares. Ela surge com uma morte e, desde então, passa a ser anunciada como um futuro imediato, a ser materializado em um passe de mágica. Diante desta perspectiva, o objetivo do presente artigo será construir uma narrativa que acompanhe esta fantasia em seus vários atos e reapresentações, lançando luz sobre os grandes ilusionistas de sua história, em suas distintas estratégias para manter acesa a expectativa de ver sair da cartola do Estado uma sociedade desenvolvida e moderna.

Ademais, por meio de um recurso à narrativa histórica, buscar-se-á as origens do chavismo em uma tradição de centralismo e personalismo. Espera-se, pois, demonstrar que, diferentemente do *puntofijismo*, – estruturado em função de uma ideia de harmonia de interesses – nos discursos de Hugo Chávez, o moderno, assim como a própria ideia de nação, não abarcaria a totalidade dos cidadãos, contemplando especificamente as parcelas identificadas com o chavismo, reunidas a partir da perspectiva de exclusão. Tal diferença, todavia, segundo argumentação a ser aqui desenvolvida, permite que o conceito de *populismo* sirva como ferramenta analítica particularmente útil para a compreensão dos fenômenos aqui estudados.

Nesta medida, a título introdutório, convém lembrar que, em *A Razão Populista* (2005), Ernesto Laclau assume a difícil tarefa de explicar como alguns agentes sociais podem ‘totalizar’ o conjunto de experiências que os cercam, sendo capazes de representá-las perante os sujeitos que delas partilham. Sob este prisma, a unidade do grupo não admite ser reduzida à simples agregação das demandas sociais, que pode, é claro, ser cristalizada em práticas sociais sedimentadas. A agregação no plano político pressupõe, ao contrário, uma assimetria essencial entre a comunidade como um todo (*o populus*) e suas partes constitutivas, governados ou oprimidos (“*plebe*”), dependendo da caracterização. A unidade, portanto, depende de um processo de catacrese, no qual uma das partes se identifica com o todo (LACLAU, 2005). Uma vez que incapaz de ser apreendido per se dada a sua natureza abstrata e amorfa, essa dinâmica é essencial para que o todo (*populus*) se torne, primeiramente, compreensível e, depois, um sujeito político capaz de agir (povo).

Nas palavras do autor: “é nesta contaminação da unidade do *populus* pela parcialidade da “*plebe*” que repousa a peculiaridade do povo enquanto sujeito político e ator histórico. A lógica de sua construção é o que eu chamei de ‘razão populista’” (LACLAU, 2005, p. 224 – tradução nossa). Sendo assim, o populismo é definido como modo de identificação que tem no conceito de soberania popular o seu corolário inevitável. A “razão populista” seria, então, o mecanismo de constituição de uma identidade popular, por meio da afirmação de um grupo que se vê como elo frágil em uma relação de antagonismo com a ordem estabelecida. Em termos pragmáticos, a categoria é particularmente útil para dar conta de movimentos que invocam o nome do povo em uma oposição ao *status quo*.

Esta forma de entender o populismo, por conseguinte, é indissociável de uma caracterização *agonística* do político, definido como dimensão marcada pelo conflito (*polemos*). Por isso, ela resulta em uma

ideia de vontade geral que ultrapassa a noção de uma mera expressão da identidade do povo, determinando-se como momento constituinte. E, assim como na caracterização schmittiana, esse é o momento do desenho de uma fronteira de exclusão entre dois grupos. Nestes episódios, novas identidades políticas emergem e, por meio de atos de representação, se insurgem não apenas contra os representantes tradicionais, mas contra a própria ordem legal que de algum modo os exclui. É sobre essa estrutura conceitual que será projetado o processo engendrado quando o sistema estabelecido pelo Pacto de Punto Fijo começa a perder a capacidade de representar a maioria da população venezuelana que, progressivamente, passa a identificar-se com Hugo Chávez.

O Estado venezuelano e sua magia: duas hipóteses introdutórias.

A morte, responsável por inaugurar o moderno na Venezuela, é a do general Juan Vicente Gómez, que em 1935, põe fim aos seus 27 anos de governo. E, já que a história fica sempre a cargo de quem viveu e venceu, ela é anunciada como encerramento do atraso. A ditadura do general torna-se símbolo de um país primitivo a ser enterrada junto com ele. Nesse momento, despontam os principais protagonistas e ideais do espetáculo que perdurará até a década final do século XX. Os primeiros atendem pelo nome de Ação Democrática (AD) – que surge em 1941 e governa o país durante quatro mandatos presidenciais entre 1960 e 1990 – e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei) – que nasce em 1946 e elege dois presidentes da República. Quanto aos segundos, conduzem o roteiro deste longa-metragem temas como a justiça social, a democracia representativa e a industrialização.

É de se destacar que, situada ao lado de uma série de narrativas similares, o espetáculo aqui descortinado se singulariza por inúmeras razões, em sua maioria associadas a sua riqueza petrolífera, afinal, a América Latina não é o Oriente Médio, exceto na Venezuela. Nesse sentido, apesar de a era Gómez ser caracterizada como derradeiro signo de um passado ditatorial sepultado – que, no entanto, ressurgiu como assombração durante o governo de Pérez Jiménez (1952-1958) – foi durante ela que o país debutou como nação petroleira, estruturada em função de seus recursos naturais controlados pelo Estado, em torno do qual passa a orbitar uma sociedade esperançosa de gozar de seus benefícios. A Venezuela, invejada por seus vizinhos como oásis da democracia e do liberalismo, leva do passado cesarista sua estrutura político-econômica que receberá, ao longo da duradoura hegemonia de AD e COPEI, os ornamentos necessários para a incorporação de um personagem, no caso, o de uma democracia liberal e representativa. Outro ponto de distinção, que explica o caráter institucional dos protagonistas acima propalados, é sua forma particular de centralismo, no qual são partidos os núcleos da vida política do país – mesmo que estes sejam entidades fortemente hierárquicas e personalistas.

Ademais, avançando na lista de singularidades venezuelanas, é possível observar que seu espectro político situa-se, no tocante à dimensão discursiva e ideológica, à esquerda dos demais¹. Essa propensão

1 É interessante observar que até a criação do COPEI só haviam dois partidos organizados no país, a AD e o Partido Comunista da Venezuela (PCV), que surge em 1931.

revela-se logo no primeiro governo da Ação Democrática (1945-1948), caracterizado pela disputa entre dois projetos que pendiam entre os pólos socialdemocrata e marxista. Porém, para não suscitar expectativas descabidas, cabe ressaltar que rapidamente o primeiro projeto ganha preponderância sobre o segundo, o que ocorre após a “derrubada do último César”, conforme fora propalada a debacle do governo Pérez Jiménez, em 23 de janeiro de 1958. Nesta medida, o mito originário do regime a ser instaurado remete a este primeiro governo adeco², que entrará na história do *puntofijismo* como tendo sido marcado por iniciativas de transformação social e luta política.

No tocante ao plano discursivo, como assinalado pelas principais lideranças do regime estabelecido, esta luta se encerra com o “ocaso do ditador”, momento em que se fixam no poder elites políticas que reivindicarão o consenso e a unidade como princípios constitutivos da identidade nacional, em torno da qual são definidas as fronteiras responsáveis por determinar este novo sujeito político. Recuperando o marco conceitual apresentado na introdução, é possível observar que o *puntofijismo* tem sua identidade política configurada por meio do antagonismo com relação àqueles que supostamente contrariavam a unidade nacional e, por isso, eram vistos como ameaça, posto que visariam dividir e findar a harmonia e a fraternidade entre as diferentes parcelas da população do país: os comunistas.

O pacto celebrado entre líderes de AD e COPEI após a derrubada de Pérez Jiménez excluiu os partidos identificados com o marxismo, que junto com eles lutaram para restaurar a democracia, e distribuiu o poder entre grupos portadores de discursos socialdemocratas. Seus valores centrais eram a justiça social – entendida, neste contexto, como a eficiência na implementação de políticas públicas que garantissem um incremento nas condições materiais dos cidadãos – e a estabilidade das instituições democráticas e liberais, ainda que muitas vezes os rumos da política nacional destoassem drasticamente destes ideais.

Na tentativa de identificar alguns argumentos que contribuem para entender as particularidades da sociedade venezuelana, embora não as esgotem nem as apartem determinadamente de suas vizinhas de região, serão apresentadas duas hipóteses que, por suas funções heurísticas, se tornam convenientes para o argumento desenvolvido ao longo deste trabalho.

a) o *Rentismo*.

A primeira hipótese para auxiliar na compreensão da história venezuelana é o *rentismo*. Esta categoria é mobilizada pela literatura acadêmica³ para caracterizar um comportamento voltado à obtenção de benefícios, riquezas e vantagens para indivíduos ou grupos, mediante o exercício de poder político ou relação de influência perante aqueles que controlam uma riqueza já existente, ulterior a esta relação. O *rentismo* é, mais precisamente, uma forma de organização político-social centrada no Estado que, por controlar a principal atividade produtiva do país, acaba sendo a principal via de acesso da sociedade civil

2 A referência diz respeito ao primeiro governo de Rómulo Betancourt, que ocupa a Presidência da República entre 1945 e 1948, sendo sucedido, em 1948, por Rómulo Gallego (também AD), cujo mandato foi interrompido pelo golpe de Pérez Jiménez. Após a derrubada do general, Betancourt é reconduzido ao cargo, exercendo-o entre 1959 e 1964.

3 Em suas primeiras aparições, o conceito pode ser encontrado em: Tullock, Gordon. *Toward a Theory of the Rent seeking Society*. In. College Station: Texas A&M University Press, 1967; e Krueger, Anne. *The political economy of the rent seeking society*. In. *American Economic Review*, 1974.

aos benefícios oriundos dessa atividade. No caso venezuelano, a hipótese diz respeito ao papel absolutamente preponderante dos recursos petrolíferos para o país.

É importante observar que a consequência social dessa forma de organização é o afastamento entre as camadas da sociedade, que têm acesso ‘direto’ aos recursos (participam do processo produtivo ou dele se beneficiam diretamente), e os que só podem acessá-los através das políticas redistributivas do Estado⁴. A partir do desenvolvimento da hipótese do *rentismo*, encontra-se nesta divisão – que em conjunturas de crise econômica passa a ser recoberta por uma percepção de antagonismo entre as duas parcelas da população – a raiz de um grave problema de integração social, facilmente traduzido pela polarização entre ricos e pobres⁵.

b) O Estado Mágico

O conceito de Estado Mágico, além de conceitualmente mais rebuscado, insere-se em um contexto epistêmico distinto, mas, também crítico às feições centralizadoras e clientelistas do Estado venezuelano. Sua apresentação sobressai quando feita a partir de uma citação do dramaturgo venezuelano José Ignacio Cabruja, que abre o célebre livro de Fernando Coronil, *El Estado mágico: Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*, chamando atenção para a deificação do Estado na vida política contemporânea do país. A riqueza da citação ultrapassa a hipótese aqui apresentada, uma vez que, em sua frase final, ela ilustra um argumento crucial para este trabalho, no qual a história venezuelana é narrada a partir de alguns atos trágicos e suas subsequentes rerepresentações burlescas. Exemplificando, assim, a assertiva de Karl Marx, ao alertar, na primeira frase de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, que Hegel, ao observar que todos os grandes fatos e personagens da história universal aparecem duas vezes, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa.

Nas palavras de Cabrujas, retiradas do texto de Coronil:

A aparição do petróleo como indústria criou na Venezuela uma espécie de cosmogonia. O Estado adquiriu rapidamente um matiz providencial. Passou de um desenvolvimento lento, tão lento como tudo que tem a ver com a agricultura, para

4 A pertinência do conceito, todavia, deve levar em conta suas raízes no pensamento neoliberal, hegemônico nas décadas finais do século XX e cáustico a este predomínio do Estado em face às elites econômicas nacionais e internacionais. Este é claramente o sentido da tese de Roberto Laserna, ele mesmo um membro da aristocracia boliviana que aprendeu, nos Estados Unidos (em seu doutorado em Berkley), como a economia progrediria se às elites fosse deixada a possibilidade de gerenciar os recursos econômicos nacionais (quicá com auxílio estrangeiro). Diferentemente de outras formulações, como a chamada *doença holandesa*, por exemplo, o rentismo não se define pela presença de recursos, renováveis ou não, mas pela sua concentração em uma única atividade produtiva e, especialmente, por sua contrapartida social. Esta diz respeito à transformação dos cidadãos em clientes ou, nas formulações mais agressivas, em caronas (*free riders*) – termo utilizado para denominar aqueles que desejam gozar de bens e ações coletivas, sem para elas contribuir.

5 Por conseguinte, é possível perceber que o conceito de rentismo se desdobra em três dimensões: (i) dimensão econômica: recursos abundantes e concentrados; (ii) dimensão política: institucionalidade débil; (iii) dimensão social: alta desigualdade associada ao grau de acesso aos canais institucionais e extrainstitucionais de distribuição destes recursos.

um desenvolvimento milagroso e espetacular[...] O petróleo é fantástico e por isso nos induz ao fantasioso. O anúncio de que éramos um país petroleiro criou na Venezuela a ilusão de um milagre. Criou na prática a cultura do milagre [...] Pérez Jiménez decretou o sonho do Progresso. O país não progrediu, desde então. O país engordou. Pérez Jiménez foi um debut, Carlos Andrés Pérez uma reprise (CORONIL, 2012, p. 1 – tradução nossa).

Segundo a proposta de Coronil, o que acentua o caráter mítico e providencial, inerente à própria ideia de Estado, é o fato de ele administrar riquezas independentes de esforços tributários ou produtivos por parte da sociedade, uma vez predispostas pela natureza. Neste ponto, as hipóteses a e b se encontram. A ilusão de autonomia com relação a sociedade que confere um caráter mágico ao Estado venezuelano, estimulado pelos discursos de seus líderes, nos quais é delineada a fantasia de que o progresso poderia ser alcançado instantaneamente, como num passe de mágica. Nessa magia radicam as expectativas de uma coletividade que orbita em torno do Estado, aguardando pelo truque final. Ele funciona como elo de ligação entre os dois corpos da nação: o político, formado pelo conjunto de cidadãos, e o natural, composto pelo seu rico subsolo, distribuindo o que a natureza presenteou a uma sociedade ansiosa por partilhar de uma riqueza que lhes foi revelada.

Antes dessa revelação, a autoridade estatal na Venezuela era frágil e cronicamente assaltada por caudilhos locais, tendo enfrentado dificuldades para estabelecer o controle sobre o território nacional. Apenas quando reivindicou a responsabilidade de administrar e distribuir os recursos provenientes da produção do petróleo, explorado a princípio por companhias estrangeiras, que o Estado passou a adquirir a capacidade política e os recursos financeiros necessários para impor-se sob uma sociedade, cada vez mais interessada em receber suas prebendas (CORONIL, 2012, p. 4).

O Estado passa, então, a mover-se de modo teatral, exibindo sua magnificência em troca do aplauso da população. De acordo com o argumento do autor, ele passa a obedecer a uma lógica de conquista e não de persuasão, cuja contrapartida é um povo que não espera participar, discordar ou compreender a ação dos seus líderes, mas ser arrebatado por suas demonstrações de força. Ao Estado cabe, por conseguinte, promover este encantamento, produzindo fantasias capazes de garantir a integração e a aquiescência dos que estão diretamente envolvidos no processo de exploração dos recursos (e deles desfrutaram diretamente) e os que dependem de seus mecanismos distributivos para acessá-los. Assim, “com a fabricação de deslumbrantes projetos de desenvolvimento que engendram fantasias coletivas de progresso, ele lança seu feitiço sobre o público e também sobre os atores. Como bruxo magnânimo o Estado se apodera dos sujeitos ao induzir a condição ou situação de receptividade para seus truques de prestidigitação: um Estado mágico”(CORONIL, 2012, p. 5- tradução nossa).

Ainda segundo Coronil, dois teriam sido os grandes atos dessa encenação: o governo de Pérez Jiménez e o primeiro mandato de Carlos Andrés Pérez (1974-1979). Ambos conseguiram com singular maestria manejar o sonho do progresso, aproveitando-se de condições econômicas extremamente favoráveis. Não obstante, à administração de Carlos Andrés Pérez (CAP), que desde 1969 ocupa o cargo de secretário geral da AD, pode ser conferida luz própria, tendo sido considerada como o momento mais pujante do puntofijismo. A despeito de compartilhar o nome do antigo César (Pérez Jiménez, já evanescente da memória de boa parte dos venezuelanos), CAP grava seu nome na história do país em uma autêntica tragédia, embora, em seu segundo mandato (1989 - 1983), a reencene como farsa. Aos outros

presidentes, no entanto, sempre coube uma dose considerável de magia, porém, menos resplandecente quando ofuscada por limites orçamentários mais pronunciados.

É possível sustentar, com base na tabela abaixo, – na qual observa-se a evolução dos gastos públicos do governo venezuelano – que os governos de Pérez Jiménez e Carlos Pérez são recordistas na história venezuelana no século XX. Com eles o mito de um Estado de magia e riqueza atinge um patamar comparável apenas à era Chávez⁶.

Gastos do Estado, 1900-1979
(em milhões de bolívares)

Presidente	Período	Preços atuais	Preços de 1979	Média anual
Cipriano Castro	1900-1908	433	2.247	250
Juan V. Gómez	1908-1935	3.170	12.885	477
Eleazar López C.	1936-1941	805	8.833	1.606
Isaías Medina A.	1941-1945	1.798	6.905	1.534
Rómulo Betancourt	1945-1948	2.249	7.429	3.715
Rómulo Gallegos	1948	1.644	4.605	4.605
M. Pérez Jiménez	1948-1958	24.410	68.926	7.658
Wolfgang Larrazábal	1958	6.260	17.389	17.389
Rómulo Betancourt	1959-1964	32.384	84.307	16.861
Raúl Leoni	1964-1969	40.133	90.166	18.033
Rafael Caldera	1969-1974	59.920	120.210	24.042
Carlos A. Pérez	1974-1979	221.840	286.362	57.272

Fonte: Fundação Polar, 1988 - 455.

É na vultuosidade do orçamento governamental que reside o feitiço do Estado. Quanto maior for a possibilidade de gastos, mais encantada permanece a sociedade. Toda vez que surgem obstáculos à contemplação de sua grandeza, mediante escassez ou dificuldade de acesso aos seus mecanismos distributivos, essa sociedade, ainda inebriada, começa a sentir os efeitos da abstinência. Sem magia, o olhar que sóbrio volta-se ao redor, aos poucos se desencanta e revolta-se. É nesse ciclo de êxtase e angústia que transcorre a história do país desde a descoberta do petróleo.

Nesse ponto, encontram-se novamente as hipóteses a e b, na medida em que compartilham a crença de que a circulação de torrentes de dinheiro proveniente do petróleo desestimula a atividade produtiva e instiga a corrupção da sociedade, da burocracia e do governo. O resultado disso seria, então, uma economia débil, uma sociedade apática e um Estado forte e centralizador, já que voltado aos problemas relativos às disputas pelo acesso a estes recursos. Entretanto, Coronil identifica essa debilidade econômica como sendo um resquício colonial, que engendra uma divisão do trabalho internacional desfavorável aos países

6 Como ver-se-á na última sessão, o chavismo representa uma recuperação das energias míticas de um Estado que, durante a década de noventa, havia perdido parte de seu encantamento.

produtores de matérias primas. Por isso, a chamada *doença holandesa* não seria uma disfuncionalidade causada por escolhas inadequadas e fragilidades morais das elites políticas nacionais, mas um *pathos* dos países de terceiro mundo, cuja economia se concentra nos setores primários. Tal situação é certamente agravada nos casos em que, por serem significativamente abundantes, a exploração dos recursos naturais torna-se mais atrativa do que o desenvolvimento de outras atividades produtivas.

No caso venezuelano esse *pathos* tem uma intensidade singular ulterior à *epidemia* que, mesmo chamada de *holandesa*, atinge muito mais frequentemente o terceiro mundo. Nesta medida, se um dos seus mais graves sintomas é centralização de poder que acompanha a concentração da economia, a Venezuela segue este prognóstico. O conceito de Estado mágico é, por conseguinte, de suma importância para esclarecer a hipótese que estrutura o presente trabalho, ao indicar que a deificação do Estado, por sua intensidade, resvala sobre seus ocupantes. O que permite argumentar, como será feito ao longo do texto, que a disposição personalista e centralista, inerente à empreitada *populista* de Hugo Chávez, não pode ser compreendida como uma ruptura com o passado⁷. Contudo, como esclarecido anteriormente, o *populismo* não se define por estas duas características, presentes em inúmeras formas de representação, mas pelo vínculo de identidade estabelecido, através dos discursos do líder, entre uma parcela da população a partir de uma percepção comum de exclusão e um antagonismo com relação ao *status quo*, isto é, com relação àqueles que são responsabilizados por tal exclusão.

Ao contrário, os discursos *puntofijistas* corroboram a ideia de unidade e harmonia social. Assim, a despeito de estabelecerem uma fronteira de antagonismo (contra os comunistas), não há qualquer menção a uma suposta opressão de uma parte da população por outra, ao contrário, esta suposição é enfaticamente reprimida. É por esta razão que – mesmo sendo centralista, personalista e, mesmo, muitas vezes contrário ao cânone liberal – o *puntofijismo* não é populista, sendo esta a hipótese central da reflexão aqui proposta.

Tragédias e farsas de um Estado Mágico: um comentário sobre a IV República.

Em sua origem, a chamada *IV República*, instaurada pelo pacto de *Punto Fijo* e estruturada pela Carta promulgada em 1961, busca lidar com estas singularidades apostando nas instituições democrático-liberais e na garantia de sua estabilidade. Deste modo, com o propósito de blindá-las das disputas entre as elites políticas e econômicas – enfeitadas pela miragem de riqueza ilimitada incorporada no Estado – são estabelecidas duas estratégias. A primeira diz respeito à consolidação de um sistema partidário fortemente organizado em uma hierarquia de comando. A segunda, por sua vez, estimula o estabelecimento de pactos entre os partidos (que abdicam de atentar contra as instituições na expectativa de

7 A ideia de ruptura com um passado caracterizado negativamente é, aliás, um elemento recorrente ao redemoinho de tragédias e farsas que move a história da Venezuela. Ela está presente não apenas nos discursos de Chávez, mas, também, nos de seus antecessores *puntofijistas* e, antes deles, *perezjimenistas*.

alternarem-se no poder) e entre estes e a sociedade civil, esperançosa de poder aumentar seu acesso aos recursos controlados pelo Estado.

Logo, uma vez que a chave para este sistema de pactos está na organização e no controle das bases societárias, as agremiações políticas e os grupos sociais precisam estar hierarquicamente estruturados e fortemente centralizados. São peças centrais nesse sistema os sindicatos e associações de patrões e empregados. Durante a maior parte do século XX, era em torno do trabalho e da economia que orbitavam os processos de formação identitária, até terem sido despojados dessa posição pela emergência de uma nova *epistème*, de matriz neoliberal.

Seguindo a formulação *agonística* que delinea esta investigação, é fundamental ressaltar que o estabelecimento dos princípios de legitimidade do sistema político jurídico instaurado após a derrubada do general surgem, primeiramente, a partir de um antagonismo para com o passado *perezjimenista*, apresentado como antiquado e ditatorial. Seu ato de fundação será o pacto celebrado em 1958 na *Quinta Punto Fijo* – propriedade do líder copeiano Rafael Caldera e localizada no bairro caraqueño de Sabana Grande – entre os líderes da AD (Rómulo Betancourt) do Copei (Caldera) e da União Republicana Democrática⁸ (Jovito Villalba). Estes signatários, afirmam por meio do Pacto de *Punto Fijo* a concordância em torno de alguns pontos gerais que enfatizam estes mesmos princípios, responsáveis por configurar a identidade deste novo sujeito político⁹.

Avançando, no propósito de analisar o caso venezuelano através do modelo *agonístico*, é possível observar o Pacto de *Punto Fijo* como ato de *fundação* que marca a origem de uma nova identidade política, simbolicamente associada ao compromisso com a democracia-liberal. Tal compromisso, será o responsável por configurar as fronteiras de exclusão que estruturarão o novo regime. A primeira e mais importante exclusão é referente aos seguidores dos movimentos e partidos comunistas¹⁰, também vitoriosos nas lutas contra a ditadura de Pérez Jiménez. A segunda, como dito, delinea-se a partir da

8 A União Republicana Democrática (URD), assim como AD e COPEI, é um partido de centro esquerda fundado na década de 1940, porém de menores proporções políticas, jamais tendo lançado uma candidatura capaz de vencer as eleições presidenciais.

9 Em resumo, o pacto consiste em: a) compromisso com as instituições liberais e representativas. Resumido na ideia de alternância de poder, este implica no reconhecimento das regras eleitorais, do tempo de duração dos mandatos e do resultado dos pleitos, independentemente de qual dos três partidos saia vencedor; b) compromisso com a governabilidade. Os três partidos se comprometem em adotar, caso vençam as eleições, um posicionamento político afim, possibilitando a estabilização de uma ampla coalizão de governo, na qual o espaço para reviravoltas e práticas oposicionistas é reduzido; c) do compromisso com as instituições liberais e representativas, deriva-se o reconhecimento de que o Partido Comunista, até então um aliado no combate ao *perezjimenismo*, é um inimigo comum; e) A exclusão dos militares da atividade política; d) Também supostamente derivado do compromisso com os princípios democrático-liberais, uma vez que os membros das Forças Armadas teriam menor afinidade com os princípios liberais.

10 A repressão aos movimentos comunistas na Venezuela teve seu auge durante o governo de Raúl Leoni (1964-1968). Sua origem, contudo, é mais longínqua, surgindo junto com a própria irrupção do movimento estudantil, fortemente influenciado pelas teses marxistas, em 1928. O comunismo serviu de base ideológica para uma série de grupos, cuja influência na política do país não pode ser diminuída, ainda que, em sua maioria, tenham sido defenestrados durante a era *puntofijista*.

oposição a este mesmo passado ditatorial, castrense e golpista. Em particular, observa-se um esforço de demonização do governo Jiménez que passa pela ênfase na corrupção e falta de transparência nos processos de participação político eleitoral. Do mesmo modo, observa-se o “esquecimento” do seu legado e a interrupção de uma série de iniciativas desenvolvimentistas voltadas à construção de infraestrutura, instauradas durante seu mandato.

O *puntofijismo* traz, portanto, a indubitável marca da guerra-fria, cuja principal expressão é o anticomunismo. O tipo de nacionalismo incorporado ao regime reúne elementos socialdemocratas, social-cristãos e liberais aportados, respectivamente, pelos correligionários de AD, Copei e URD. Durante os anos dourados da *IV República*, ele se traduziu em um conjunto pouco ordenado de iniciativas desenvolvimentistas e keynesianas. Indicando a disposição de sustentar elevados níveis de gastos públicos – necessários à manutenção do encantamento do Estado perante a população –, essas iniciativas não seguiam um planejamento efetivamente voltado à superação do subdesenvolvimento, posto que este poderia contrariar os interesses do capital internacional.

Em termos práticos, o *puntofijismo* mantinha a adesão da maior parte dos cidadãos por meio de uma série de programas de crescimento econômico e distribuição e renda; que se, por um lado, não tinham como contrapartida o esforço fiscal ou produtivo da sociedade, por outro, não alteravam os padrões de desigualdade. Recorrendo aos termos de Coronil, estávamos diante de um Estado mágico que remediava os pobres sem comprometer sua distância em relação aos ricos, cujos ganhos aumentam em proporções ainda maiores.

Assim como a maioria dos países latino-americanos, a Venezuela dedicou-se – neste interregno entre a consolidação do Estado, como ente capaz de manter alguma autonomia perante as elites tradicionais, e a emergência da episteme neoliberal – a um projeto de modernização pela via da substituição de importações. O componente normativo do conceito de *desenvolvimento*, nesta perspectiva, é reduzido a uma combinação de crescimento econômico e paz social, obtida por meio de mecanismos de cooptação e repressão, cuja efetividade, no tocante aos primeiros, dependia de um controle das instâncias de organização dos trabalhadores e, a respeito dos segundos, de um forte aparato militar¹¹.

A hipótese *agonística* acerca da formação das conformidades políticas radica na formação de vínculos de pertencimento e identidade a partir de relações de antagonismo. Por conseguinte, ao utilizá-la para a análise do caso venezuelano, observa-se que, no *puntofijismo*, estas relações assumem a forma de pactos entre partidos e sindicatos comprometidos com um ideal de unidade nacional e harmonia de interesses, mas, também com a exclusão dos grupos que adotam uma perspectiva crítica a tal ideal e, por isto, são

11 Como resume Adalberto Cardoso, em seu comentário sobre a conformação dos sistemas de relações de trabalho na América latina: A maioria dos países latino-americanos consolidou seus sistemas de relações de trabalho em sincronia com o processo de desenvolvimento baseado na industrialização por substituição de importações controlado pelo Estado. Perón, Vargas, os líderes mexicanos pós-Cárdenas, os chilenos pós-Ibañes ou os venezuelanos depois de 1958 fortaleceram e/ou controlaram os trabalhadores, ao mesmo tempo em que expandiram as burocracias estatais, subsidiaram indústria e agricultura, criaram empresas estatais em setores estratégicos, controlaram investimentos estrangeiros, fecharam os mercados internos à competição externa, e assim por diante (CARDOSO, 2008, p.90)

vistos como uma ameaça à ordem estabelecida¹².

Para o agonismo, em um contexto democrático (determinado pela noção de soberania popular), esta formação envolve um processo de *nomeação*, no qual ocorre uma associação contingente entre significante (a ideia de povo, por definição vazia e abstrata) e significado (a forma pela qual esta ideia ganha concretude no caso particular). Durante esse processo, o significante tem sua identidade preenchida por conteúdos normativos ligados à ideia de democracia que, conforme os termos do pacto de *Punto Fijo*, passa a ter seu significado atrelado à ênfase na estabilidade das instituições e na justiça social.

Conciliando o agonismo às hipóteses acerca aqui utilizadas para a compreensão da história venezuelana (Estado Mágico e *rentismo*), é possível indicar que, no país, a legitimidade dos sistemas políticos está tradicionalmente ligada à expectativa da população de acesso à riqueza nacional. Na *IV República*, este acesso, atrelado às ideias de justiça social e democracia, é estruturado por mecanismos distributivos (concessão de direitos sociais, políticas assistencialistas e estabelecimento de dinâmicas clitelísticas) estabelecidos por meio de pactos entre as forças do Estado e da sociedade civil, ambas fortemente hierarquizadas e organizadas de modo a facilitar essa relação.

Esta é uma democracia que incorpora princípios do governo representativo, porém, manifesta pouco respeito à doutrina da divisão de poderes. As instâncias de representação políticas e sociais misturam-se com um Estado, no qual ao Executivo – onde se revezam as lideranças de AD e COPEI – cabe um papel de inquestionável preponderância. Quanto aos representantes da sociedade, destacam-se a FEDECAMARAS (Federação de Câmaras de Comércio e Produção) e a Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV). Nas duas instituições, a função de representante dos interesses dos trabalhadores não advém de uma relação de identidade para com eles, nem da sua capacidade de organização e mobilização. Ela é oriunda do papel que lhe foi conferido pela Ação Democrática e do financiamento concedido pelo Estado. O que, por sua vez, inviabiliza qualquer postura autônoma, crítica ou contraditória aos interesses dos ocupantes do poder político.

Cristalizada por mecanismos formais e informais, esta relação entre as autoridades públicas e os representantes da sociedade criou na Venezuela uma dinâmica de troca entre: governo (que oferecia o acesso privilegiado à máquina estatal) e as organizações da sociedade civil (que em contrapartida garantiam o apoio de seus membros aos partidos no poder). Essa dinâmica, contudo, drena a autonomia e a capacidade das instâncias corporativas de agir de modo efetivamente representativo; transformando o que seria um meio de expressão dos interesses da sociedade perante o poder público, em seu contrário: um canal de transmissão de padrões de comportamento por parte dos ocupantes do governo.

Muito desfavorável à sociedade, esta inversão confere vantagens ao governo, garantindo uma valiosa base de apoio às políticas públicas e iniciativas implementadas, reduzindo o espaço para críticas e alternativas. A ideia de representação, todavia, vai progressivamente tendo seu conteúdo normativo

12 Estes temas, além de não serem mobilizados pelas lideranças *puntofijistas*, eram por elas vivamente negados, sendo enunciados como antagônicas às ideias de harmonia de interesses e unidade nacional, por meio das quais a própria identidade do sistema por elas estabelecido se definia. **Ao contrário**, a noção de opressão e de exploração de uma parcela da população sobre outra serviam para delinear as fronteiras de exclusão do regime, **isto é**, os grupos que as mobilizavam eram aqueles que, por serem considerados uma ameaça à ordem e aos princípios constitutivos da coletividade política, deveriam ser dela excluídos.

esvaziado, na medida em que se percebe que não é a identidade entre as lideranças e as bases que define o acesso às dinâmicas decisórias, mas a maior ou menor afinidade com aqueles que detêm o poder. Essa é a principal causa da longa crise de legitimidade que, por final, levou ao fim da *IV República*.

Sendo assim, todas as esferas sociais encontram-se subordinadas a uma racionalidade política, estruturada em torno da relação entre os partidos, que se confundem com o Estado, e a coletividade, cooptada em suas principais instâncias de representação social. Por outro lado, tal subordinação se constitui pela repressão dos atores que ambicionam manter uma postura autônoma, como é o caso do partido comunista e suas dissidências. A hipótese *agonística* determinada pela ênfase no papel constitutivo do político, cuja função é sintetizar e resumir o todo social, demonstra-se particularmente útil para a análise da dinâmica venezuelana. Isto porque a hipertrofia do político sobre o social é um dos atributos deste sistema, caracterizado por uma cidadania que tem sua complexidade *achatada* pelos feitiços do Estado, que emerge como instância de manejo e conformação de qualquer conflito entre os indivíduos.

Não obstante, o *agonismo* cumpre ainda uma segunda função nesta análise, ao permitir uma crítica ao uso recorrente do termo *populismo* para definir o regime *puntofijista* e quase todos os governos não propriamente liberais da América Latina. É o caso, por exemplo, da utilização do termo por Edgardo Lander e Margarita Lopez Maia que sobressaem como os principais expoentes da academia venezuelana de sociologia e história, respectivamente. A centralidade de suas contribuições para a pesquisa aqui apresentada não implica adesão às suas conclusões quer acerca do chavismo, quer sobre o sistema que o antecede. Sobre este sobressai como primordial diferença a discordância conquanto ao uso do conceito de *populismo* como decorrente dos atributos centralistas, personalistas, paternalistas e clientelistas, que adequadamente são mencionados na definição da dinâmica política durante a *IV República*.

No entanto, como já assinalado, a ideia de populismo é aqui utilizada no sentido conferido por Ernesto Laclau e tem como especificidade a mobilização discursiva da perspectiva de opressão de uma parte da sociedade pela outra. Ou seja, embora muitas dinâmicas populistas reúnam estes atributos não é isso que os define enquanto tal, mas sim a divisão da sociedade em opressores e oprimidos e a reivindicação por parte do líder de que esta *plebe* supere sua condição de exclusão, chegando ao poder e estabelecendo-se como *povo* soberano. É o chamado do líder para que a *plebe* (parte que se percebe oprimida) se torne povo (totalidade), que define o populismo.

Estes temas, além de não serem mobilizados pelas lideranças *puntofijistas*, eram por elas vivamente negados, sendo enunciados como antagônicas às ideias de harmonia de interesses e unidade nacional, por meio das quais a própria identidade do sistema por elas estabelecido se definia. Ao contrário, a noção de opressão e de exploração de uma parcela da população sobre outra serviam para delinear as fronteiras de exclusão do regime, isto é, os grupos que as mobilizavam eram aqueles que, por serem considerados uma ameaça à ordem e aos princípios constitutivos da coletividade política, deveriam ser dela excluídos.

A história como farsa: quando o feitiço se volta contra o feiticeiro.

Vinte anos duraria o bem estar crescente dos lares venezuelanos, pois, em 1983, no governo do *copeiano* Luis Herrera Campíns, começa um processo de deterioração que, por fim, im-

plode todos os avanços obtidos desde 1958. É na esteira desse fracasso que surge o descontentamento mobilizado nos discursos populistas de Hugo Chávez.

A década de 80 é marcada por uma progressiva elevação dos índices de pobreza extrema e moderada que, embora não tenha se iniciado com as turbulências nos preços do petróleo, é por elas agravada. Em 1989, segundo o Banco Mundial, os índices de pobreza chegaram a 53% (SALAMANCA, 1997, p. 97). O cume da parábola, que marca o início da *grande virada*¹³ rumo ao precipício, teria sido o ano de 1978, no qual se observa a frenagem no ritmo de crescimento econômico, que havia sido de 9,9 % (1974), 11,1% (1975) 9,8 % (1976), 7,8 % (1977), baixando drasticamente para 2,5% neste ano – sendo que, daí em diante, seu melhor resultado foi 1,4% em 1982 (SALAMANCA, 1997, p.93).

A respeito dessa parábola, que conduz a Venezuela a um dramático curso de ascensão e queda, cabe atentar para os perigos de supor uma imediata correspondência com as oscilações nos preços das *commodities*. Não há espaço para determinismos econômicos nessa narrativa. A história venezuelana aparece, aqui, como resultado das escolhas de seus cidadãos e representantes. *Nesta medida*, é possível supor que a crise do *puntofijismo* é um feitiço que se volta contra o feiticeiro. *Sendo assim*, seguir-se-á o argumento de Luis Salamanca que, em *Crisis de la Modernización y Crisis de la Democracia en Venezuela*, defende a desvinculação entre a redução dos índices de crescimento e a queda nos preços do petróleo, supostamente responsável por drenar a capacidade do Estado de manter a dinâmica estabilidade-eficiência e de sustentar, por meio de elevados gastos, um sistema de governo repartido entre um grupo de líderes partidários e sindicais¹⁴.

A crise não adviria, por conseguinte, de restrições na renda oriunda dos recursos do setor petrolífero, mas do fato de que a estratégia distributiva de modernização não teria logrado os desejados efeitos em termos de dinamismo econômico. Isto porque, tais iniciativas apareceriam mais como “estratégias de compensação social”, obedecendo à lógica de cooptação de lideranças e contemplação das demandas materiais dos trabalhadores que, assim, aceitariam sua posição de subalternidade nas negociações do governo. Nesta perspectiva, a diretriz do governo era “agradar a todos sem sacrificar ninguém”, cuja consequência seria a preferência por políticas nas quais a aparência de grandeza e a capacidade de impressionar eram mais importantes do que a utilidade e a necessidade. A sociedade, enfeitiçada pelo Estado mágico, aceitava manter-se alheia aos rumos do Estado, abdicando de uma

13 Em alusão ao plano neoliberal, implementado durante o segundo mandato de Carlos Andrés Pérez, denominado de Grande Virada (*Gran Viraje*) com o propósito de lidar com a explosão da dívida externa e alavancar o crescimento econômico, por meio da redução dos gastos sociais e pelo retrocesso na política de nacionalização do petróleo, aumentando as margens de participação e controle das empresas internacionais sobre a PDVSA.

14 A despeito de sua complexidade e conclusões distintas daquelas ensejadas ao longo deste trabalho, o argumento do autor, de que não há uma correlação entre o preço do barril de petróleo e o PIB venezuelano, será aqui utilizado. A hipótese lançada por Luis Salamanca indica que a crise seria o resultado do esgotamento da estratégia de “modernização distributiva” adotada pelas lideranças *puntofijistas*. Tal estratégia, que para Salamanca pode ser vista como um infeliz desdobramento da estrutura rentista da sociedade venezuelana, compreende a modernização como uma razão da distribuição de recursos por parte do Estado, que funciona como propulsor do consumo e do investimento, alavancando o crescimento por meio do derrame indiscriminado de dinheiro na sociedade.

participação efetiva e contentando-se a aclamar, em eleições periódicas, os líderes dos partidos que se alternavam no poder.

Durante décadas, a democracia na Venezuela se resumia à tríade: eficiência, alternância e estabilidade institucional. E, com base nesses mecanismos, os Venezuelanos viabilizaram uma primeira experiência de modernização como nação. Esta mesma engrenagem, contudo, contribuiu para o seu esgotamento (SALAMANCA, 1997, p.40). Como ver-se-á na crise que se precipita na década de 1980, o feitiço volta-se contra o feiticeiro. O mago havia esquecido de que desejos atendidos não geram apenas contentamento, mas, também, novas ambições.

As necessidades materiais, uma vez supridas, criariam condições para o surgimento de novas necessidades, progressivamente mais complexas e custosas, em uma progressão que não se limita ao plano material, transformando-as em anseios por educação, saúde, habitação, mas, também, por participação política. Essa escalada torna cada vez maior os gastos necessários para manter o apoio da população aos governantes e, assim, gradualmente vão se esgotando as capacidades do Estado de continuar promovendo o consumo e o investimento que sustentam o crescimento, cuja derrocada é inevitável.

Os efeitos dessa grande virada, entretanto, tornam-se mais visíveis no ano de 1983, quando ocorre a primeira maxi desvalorização da moeda nacional e a primeira grande manifestação de descontentamento por parte dos cidadãos. Justificando-se pela alusão à queda dos preços do petróleo, pela insolvência perante os credores internacionais e pela fuga sistemática de divisas, o Executivo venezuelano resolve, no dia 18 de fevereiro deste ano, uma sexta-feira, recorrer ao controle das taxas de câmbio. O propósito é impor uma forte restrição à saída de divisas e, ao mesmo tempo, operar uma desvalorização da moeda nacional, o bolívar. Para isso, cria-se a Oficina de Regime de Câmbios Diferenciais (Recadi), a princípio encarregada de autorizar a compra de dólares e, posteriormente, conhecida como principal âmbito de todo tipo de relação escusa entre o governo e as elites econômicas nacionais e internacionais (BONILLAMOLINA e EL TROUDI, 2004, p.84).

A *sexta-feira negra*, como ficou conhecido este dia, marca a primeira de muitas medidas voltadas a remediar a crise econômica e política. Todas elas prometiam resgatar a *Grande Venezuela*, memória trágica usada para levar a cabo uma série de farsas, em inúmeras reencenações burlescas de um passado supostamente recoberto de glórias. Todas elas geraram decepção e aumento do descolamento entre as elites governantes e a população.

Nas palavras de Luís Salamanca:

Começa a se vislumbrar a crise do sistema de conciliação populista, a qual se expressa nas dificuldades que foram apresentadas à aliança policlassista e ao sistema de conciliação de interesse do populismo venezuelano. A consequência política imediata dessa crise, ainda incipiente, é de buscar reencontrar o caminho do consenso pela via dos pactos. A CTV propõe seu Manifesto de Prolamar (1980), onde aspirava a uma democracia social lograda pela via tradicional de maior distribuição estatal e que termina em um completo fracasso/ Os partidos mais importantes propõem tanto a concentração, feita por Rómulo Betancourt, como a concertação nacional feita por Copei. O candidato pela AD e posterior presidente da República, Jaime Lusinchi, propõe o Pacto Social. A característica comum a todos estes intentos de superação consensual da crise que ainda não era plena, é o fracasso. A

tecnologia pactista que havia sido tão efetiva na etapa da estabilização, na etapa da crise não se comprovou igualmente eficiente (SALAMANCA, 1997, p.25 – tradução nossa).

A passagem acima é útil para ilustrar a hipótese delineada ao longo do trabalho, segundo a qual a crise do *puntofijismo* implode não apenas o sistema pactista (que envolve os partidos no Poder e as principais associações da sociedade civil) mas a legitimidade de um modelo de desenvolvimento passível de contemplar os interesses de ricos e pobres. Esse processo é o responsável por abrir espaço no léxico político do país, para discursos outrora excluídos, voltados à crítica da opressão e da exploração econômica e cultural. É ele, portanto, que permitirá a ação da *razão populista*.

Nesta medida, o governo do presidente *copeiano* Herrera Campíns (1979-1984) permite uma sucinta demonstração da argumentação aqui empreendida acerca da desvinculação entre as oscilações no preço do petróleo e a crise do modelo de modernização distributiva adotado na Venezuela. Isto porque, a própria ideia de democracia consagrada pelo Pacto de *Punto Fijo*, que contempla uma noção de justiça social radicada na concessão de garantias materiais à população, apresenta uma relação de dependência para com os abundantes recursos oriundos da exploração dos hidrocarbonetos. Esta forma de entender a democracia e a justiça social, todavia, são essenciais para a conformação de um sistema no qual a melhoria das condições de vida dos mais pobres não implica redução da desigualdade, nem de qualquer esforço redistributivo por parte dos mais ricos. A possibilidade de contemplar as expectativas de ricos e pobres era vital para que essa noção de democracia mantivesse a pertinência de seus dois fundamentos de legitimidade: estabilidade e eficiência na melhoria das condições materiais de vida dos cidadãos. Por isso, o esgotamento das capacidades do Estado em conceder estes benefícios de modo eficiente enseja um processo de ressignificação do ideal democrático que caracterizou a *IV República*.

Diante disso, é interessante propor, como chave explicativa para as turbulências que marcarão o final do século XX na Venezuela – abrindo espaço para que os discursos *populistas* de Chávez encontrassem respaldo na população – a relação entre: (i) o descontentamento da população com os cortes de gastos e a redução dos mecanismos distributivos do Estado; (ii) a promessa das autoridades em interrompê-las; (iii) o descumprimento de tais promessas; o (iv) subsequente aumento da indignação da população não para com essas autoridades e; por fim, (v) para com todo o sistema político e institucional que as amparam.

Deste modo, o primeiro movimento desse ciclo foi feito por Herrera Campíns, o segundo, coube ao seu sucessor, o *adeco* Jaime Lusinchi, eleito pela Ação Democrática em 1984 com a incrível marca de 56,72% dos votos, uma das maiores de toda história eleitoral do país, obtida sobre um adversário ilustre: o ex-presidente Rafael Caldera.

Sua campanha, cujo slogan era “*Jaime é como você*”¹⁵, assegurava o pagamento da dívida externa e enfatizava a promessa de falar sempre a verdade aos seus concidadãos. Dias após a posse, o novo presidente anuncia um pacote de medidas que seguia os ditames das agências financeiras internacionais, ainda

15 *Jaime es como tú*. (http://gumilla.org/biblioteca/bases/biblo/texto/COM198444_91-96.pdf)

que não fosse resultado de um acordo macro econômico junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), mas de um compromisso unilateral do governo com o propósito de melhorar sua popularidade perante os credores da dívida externa¹⁶.

Não obstante, assim como o governo anterior havia sido o marco do fim dos anos dourados da economia venezuelana, a presidência de Lusinchi, marcaria a dissolução do pacto entre AD e Copei, que estruturou a estabilidade do sistema *puntofijista* em um arranjo de distribuição de posições políticas e cargos burocráticos. Sendo assim, ao aproveitar-se de sua maioria no Congresso Nacional para indicar unilateralmente o controlador geral e o procurador geral da República, além de cinco magistrados da Corte Suprema de Justiça (CSJ), órgão máximo do Judiciário no país, a Ação Democrática rompe o acordo que ditava uma prática de consulta recíproca junto às lideranças do Copei antes de nomeações para cargos públicos importantes (LÓPEZ MAYA, 2009, p.39).

Instaurou-se, então, uma dinâmica de confrontação inédita na relação dos dois partidos, com reflexo direto nas eleições de 1988. No pleito, enfrentaram-se o *adeco* e ex-presidente Carlos Andrés Perez e o *copeiano* Eduardo Fernandez, cuja estratégia –voltada à recuperação de prestígio perante às classes populares, incluiu jantar com uma família de trabalhadores e, inclusive, dormir com ela em seu rancho nos arredores de Caracas –patinou junto ao eleitorado que concedeu 52% dos votos ao primeiro e apenas 40,4% ao segundo.

Essa vitória da AD, contudo, não pode ser atribuída apenas a infeliz campanha de seu adversário, pavimentada pela opção de elevar significativamente os gastos públicos ao final do governo Lusinchi de modo a criar uma miragem junto ao eleitorado. Enfeitiçado pela perspectiva de reviver a história e voltar aos anos dourados de seu primeiro mandato, a população votou massivamente em Andrés Pérez que, agindo como um exímio ilusionista fez desaparecer, durante o espetáculo da campanha, o cenário de caos econômico vivido pelo país no final da década de 1980.

Provando a máxima marxista que a história só se reedita uma segunda vez como farsa, logo após a posse, CAP declara moratória e, em seguida, anuncia um pacote de medidas nomeado pela simbólica expressão: *A Grande Virada*. A primeira decisão revela a prestidigitação de Lusinchi, que havia prometido dizer somente a verdade, e após renegociar a dívida externa vociferou ter realizado o “melhor refinanciamento do mundo”. Diante de uma população abismada e revoltada quando declarada a moratória, Lusinchi se dirigiu à imprensa para desculpar-se e dizer ter sido “enganado” nas negociações com os bancos internacionais (LÓPEZ MAYA, 2009, p. 43).

Ainda assim, é a segunda decisão de CAP que faz cair o pano, exibindo a crueza dos truques da última campanha. Revelada manobra, finda a esperança na magia. O VIII Plano da Nação, nomeado pelo presidente de *A Grande Virada*, consistiu fundamentalmente na implementação do documento firmado

16 O programa implementado, **no entanto**, não chegou a provocar grandes repercussões junto à população, primeiramente por ter tido poucos resultados práticos, mas, também por não adotar uma modelagem estritamente neoliberal. De modo geral, ele combinava medidas ortodoxas, como a desvalorização cambial, com políticas compensatórias voltadas a reduzir os impactos sobre a remuneração dos trabalhadores. Dentre elas destaca-se a concessão de vales transporte por um período de dois anos para os assalariados, que serviria como substituto (precário) dos reajustes gerais e periódicos decretados nos governos anteriores (LÓPEZ MAYA, 2009, p.19).

junto ao FMI em fevereiro de 1989¹⁷.

Ao descobrir-se iludida mais uma vez, entendendo-se vítima de um estelionato eleitoral, realizado por Pérez, que sucede uma mentira, por parte de Lusinchi, a Venezuela é abatida, em 27 de fevereiro de 1989, pelo mais dramático episódio de protesto de toda sua história: o *Caracazo*. Embora tenha como estopim um reajuste nos preços dos transportes públicos, em virtude de uma elevação de 100% no valor dos combustíveis – somada à escassez de produtos básicos que assolava o país desde o final de 1988, explicada por alguns analistas como sendo motivada por conjecturas especulativas acerca de possíveis arrochos econômicos – a magnitude do *Caracazo* deve ser compreendida como produto de uma escalada de indignação, por parte dos cidadãos venezuelanos, e de violência por parte das autoridades¹⁸.

O lamentável episódio, no qual milhares de venezuelanos saíram para protestar e saquear, em uma irrupção de violento descontentamento pelas ruas de Caracas, teve suas proporções multiplicadas pela truculenta reação das Forças Armadas Nacionais que, em diversos momentos, abriram fogo na tentativa de conter a população. De acordo com o Cofavic¹⁹ e a Rede de Apoio pela Justiça e pela Paz, em relatório

17 Suas principais medidas se dividem em 10 eixos: a) "restrição do gasto fiscal; b) restrição dos níveis de salários; c) unificação do regime cambial com paridade unitária e flutuante; d) taxas de juros flexíveis e aumento imediato dos níveis das taxas de juros reguladas; eliminação dos créditos com taxas preferenciais para a agricultura; estabelecimento, o mais rápido possível, de taxas de juros para o mercado; e) redução do controle de preços; f) protelação de programas de investimentos de baixa prioridade; g) redução de subsídios; h) introdução de um imposto sobre vendas; i) reajuste das tarifas dos bens e serviços providos por empresas estatais, incluindo os preços dos produtos derivados de petróleo no mercado interno; j) reforma no regime comercial, incluindo a eliminação da maior parte das isenções nas tarifas e liberação das importações; k) suspensão das restrições às transações internacionais, incluindo o investimento estrangeiro e a repatriação de dividendos" (LÓPEZ MAYA, 2009, p. 21).

18 Três eventos que antecedem os acontecimentos em Caracas, tristemente ilustram essa dinâmica de revolta e violência. O primeiro, ocorrido em maio de 1986, ficou conhecido como o massacre de Yumare e surge como resultado de uma truculenta ação policial, levada a cabo pelo comando da Direção de Serviços de Inteligência e Prevenção (Disip), que resulta no assassinato de nove pessoas (BONILLA-MILINA e EL TROUDI, 2004, p.97). O segundo transcorre em outubro de 1988, no pequeno povoado de El Amparo, no estado de Apure. No evento, durante uma ação conjunta das Forças Armadas e de elementos civis ligados aos órgãos de segurança e inteligência, foram assassinados 14 pescadores, supostamente confundidos com guerrilheiros colombianos (LÓPEZ MAYA, 2008, p.3). O terceiro, que apresenta inúmeras semelhanças com o *Caracazo*, ainda que tenha proporções significativamente menores, ocorre quando os habitantes da cidade de Mérida iniciam uma série de violentos protestos, barricadas e saques em resposta ao assassinato de um estudante. A reação foi motivada pela tentativa das autoridades locais de encobrir o crime, cometido por um renomado advogado da região que, indignado por ter flagrado um estudante urinando próximo a sua casa, mata-o a tiros. Para conter os protestantes, que chegaram a incendiar a sede local da AD, o governo convocou as forças armadas e determinou a suspensão das garantias constitucionais.

19 A sucessão de massacres não apenas acirrou os ânimos da sociedade civil, mas aumentou sua mobilização ensejando a criação de duas entidades que teriam um papel de destaque nos anos seguintes: o Provea e o Comitê contra o Esquecimento e a Impunidade em El Amparo, aos quais juntar-se-á o Comitê de Familiares das Vítimas dos eventos ocorridos entre 27 de fevereiro e os primeiros dias de março de 1989 (Cofavic), criado após o *Caracazo*.

terminado sete anos depois dos eventos, são citados 396 mortos²⁰. Quanto aos feridos e às perdas materiais, os dados oficiais contabilizaram, respectivamente, 1009 indivíduos gravemente lesionados e a destruição de cerca de dois mil estabelecimentos comerciais.

O resultado dessas convulsões, e do acirramento da crise econômica provocada pela *Grande Virada*, foi a derrubada de Carlos Andrés Pérez que, em 1993, sofre um impeachment resultante de uma denúncia impetrada na Corte Suprema de Justiça pelo LCR, acusando o mandatário e seu ministro de Relações Interiores de malversação de recursos públicos²¹.

A ideia de democracia, que a partir de 1958 centra-se na ênfase na estabilidade tem seu sentido associado, sobretudo, aos valores de liberdade, sendo que os problemas de igualdade e fraternidade tendem a ser colocados em segundo plano. Conforme essa noção de democracia vai se erodindo, o discurso monetarista adquire força entre as elites políticas do país, enquanto que na sociedade civil o debate político se esvazia pela ausência de propostas políticas e formulações teóricas propriamente alternativas. É esse vazio que abre espaço para a emergência de um “consenso” em torno da ideologia neoliberal, ainda que esta não tenha se enraizado na população.

Esse vazio de representação, propiciado pela erosão do *puntofijismo* que cada vez parecia mais incontornável, deu início a uma série de movimentações por parte das autoridades políticas e da sociedade civil, dispostas a oferecer novos mecanismos de canalização para o descontentamento geral dos cidadãos. No tocante as primeiras, cabe destacar a formação da Comissão Presidencial para a Reforma do Estado (Copre), que se pretende um instrumento de expressão no plano institucional, dos anseios de transformação por parte da sociedade.

Por outro lado, ao longo das décadas de 1980 e 1990, as associações de moradores passaram a ser atores importantes na política venezuelana²². Embora sua relevância tenha sido limitada por estarem concentradas em bairros de classe média e alta, pelo menos no tocante a estas comunidades, elas conseguiram funcionar como elemento de articulação entre os planos locais e nacionais. Seu papel de destaque, contudo, ecoava as demandas por novos procedimentos e instituições políticas apartados de estruturas como os sindicatos e os partidos, outrora centrais no sistema democrático configurado pelo

20 O registro das perdas humanas e materiais é, contudo, controverso. O então ministro da Defesa, Italo del Valle Aliegro, declarou terem sido 277 mortos. A despeito disso, estudos posteriores chegaram a cifras maiores. Uma análise da lista do necrotério de Bello Monte, em Caracas, onde por lei deveriam ter entrada todos os falecidos em ruas ou hospitais da capital nesses dias, deu como resultado um total de 310 mortos. Posteriormente, a partir das mesmas listas, foram contabilizadas 322 mortes. Estas cifras não incluem os assassinados nas cidades do interior, nem aqueles que não foram levados ao necrotério (LÓPEZ MAYA, 2009, p. 66).

21 Após ser retirado da Presidência e cumprir pena de prisão domiciliar durante mais de dois anos, Pérez cria um novo partido, o Movimento de Abertura e Participação Nacional, e consegue eleger-se senador em 1999.

21 Por parte da sociedade civil, a tentativa de preencher os espaços representativos relativos àqueles que não se identificavam com os partidos hegemônicos deu origem à formação de novos movimentos. Com este propósito, é preciso destacar, embora ocorrida em um momento anterior, a criação dos partidos Movimento ao Socialismo (MAS) e A Causa R (LCR, na sigla em espanhol), ambos formados a partir de dissidências do PCV. O primeiro, já em 1973 adere à dinâmica eleitoral e rompendo não apenas com a plataforma mas, também, com as diretrizes econômicas que orientavam os comunistas

puntofijismo. Tais demandas servem de fundamento para o processo de ressignificação da democracia, operacionalizado pela *razão populista* presente nas performances discursivas de Hugo Chávez e cristalizado na Constituição de 1999²³.

Entre César e o Demos: a razão populista visita Caracas.

Desde 1989, transitam propostas de renovação das instituições políticas do país, centradas, sobretudo, na ampliação da participação popular direta através de institutos como o referendo. Em junho deste ano é formada uma comissão bicameral de caráter consultivo com o propósito de redigir algumas emendas à Constituição. Ao final de 1991, o grupo já havia estruturado uma agenda de reforma que incluía temas como direitos humanos, a incorporação da figura do Defensor Público, o referendo popular e, até mesmo, a ideia de convocação de uma Assembleia Constituinte.

Do mesmo modo, o Movimento Bolivariano 200 (MBR-200), liderado por Chávez e responsável por empreender uma tentativa frustrada de golpe de Estado em 1992, apresenta publicamente um manifesto com reivindicações análogas como, por exemplo, a revogação de mandato dos poderes públicos e a convocatória de um referendo através do qual se ativaria o poder constituinte. No entanto, em parte por razão das instabilidades políticas engendradas pelas duas tentativas de golpe ocorridas neste ano, nenhuma das propostas de reforma ou revisão constitucional prosperou.

Por outro lado, também soçobraram as iniciativas de empreender transformações econômicas com a profundidade e a eficácia demandadas pela população, que se tornava cada vez mais impaciente com os jogos de ilusão lançados pelas autoridades, com efeitos, quando muito, paliativos, porém, na maioria das vezes, desastrosos.

O resultado desse panorama é a inviabilização da via reformista e o crescente apoio aos discursos voltados a uma *refundação* do Estado por meio de uma Assembleia Constituinte. É a partir desse *espaço de experiências* que se configura um novo *horizonte de expectativas*²⁴ sintetizado nas performances retóricas de Hugo Chávez, com as quais passam a se identificar um número cada vez maior de venezuelanos.

Essa nova identidade é configurada através de uma relação de representação entre Chávez e esses

23 Cabe observar que as propostas da Copre respondem ao propósito de que os cidadãos exerçam com plenitude o direito à participação, correspondendo aqueles ao cidadão comum, seja ou não militante de partido. Para isso, são mobilizados correntemente conceitos como: aprofundamento da democracia, descentralização do poder, participação cidadã e fortalecimento da sociedade civil (LANDER, 1995). Tais assertivas permitem argumentar em função da íntima relação entre as categorias, conceitos e ideais presentes nos documentos da Copre, que servem de testemunho dos anseios de boa parte da sociedade civil na época, e os discursos que modelaram o *proceso de cambio* levado a cabo por Chávez alguns anos

24 Em referência à terminologia usada por Reinhart Koselleck em *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*.

indivíduos, até então desagregados. Todavia, quando tocados pelos discursos chavistas, esses homens se descobrem portadores de um mesmo sentimento de exclusão e indignação para com o sistema *puntofijista*. Ao centrarem-se na contestação do *status quo* e nas opressões levadas a cabo pelos ocupantes do poder contra um grupo (plebe), demarcando a intenção desta plebe em tornar-se *populus*, tais discursos enquadram-se na categoria *laclauniana de populismo*. É essa a proposta que engendra a ativação do poder constituinte. Sendo assim, atrelados por vínculos de identidade e pertencimento operados pela *razão populista*, estes cidadãos tornar-se-ão um novo sujeito político e protagonizarão os mais recentes capítulos da história do país.

A hipótese aqui desenvolvida, que aposta na *razão populista* como ferramenta heurística adequada à análise das origens do chavismo, tem como contrapartida a consideração desses processos como fenômenos discursivos. Sob esta perspectiva, o tema econômico sobressai como objeto preferencial. Na medida em que, ao apontar para a situação de opressão de uma maioria por uma minoria – conclamando-a a revertê-la e reivindicando em seu nome a ideia de soberania –, os discursos de Chávez chamam atenção, sobretudo, para a exclusão econômica. Esta, por sua vez, passa, então, a configurar os vínculos de identidade entre estes cidadãos que reconhecer-se-ão como membros dessa maioria.

Em seus atos de fala observa-se a recorrência de termos como “popular”, “nacional”, “soberania”, “equidade”, sendo que a economia subjaz como universo semântico responsável por ligá-los e provê-los de sentido. Essas categorias passam a ser mobilizadas em função de uma relação de antagonismo na qual “o outro” é associado (de modo impreciso conceitualmente) às elites tradicionais. São estas elites, historicamente vinculadas ao capital internacional (em especial aos EUA) que, durante as décadas que antecederam a chegada de Chávez ao poder, aderiram às recomendações neoliberais. Por isso, a rejeição a elas é assumida como uma crítica aos discursos de austeridade fiscal com base em cortes nos gastos públicos, e de um compromisso com a recuperação das capacidades estatais. O mago volta à cena, ensaiando um retorno ao modelo rentista que, embora parte da estrutura econômico-política da Venezuela, havia sofrido alguma constrição nos anos finais do *puntofijismo*. Resta indagar se este retorno deve ser entendido como tragédia ou como farsa.

De acordo com as definições aqui apresentadas, é plausível atribuir à promessa de redução do peso fiscal sobre a cidadania, à recuperação da ideia de uma *Grande Venezuela* e do ideal de efetividade na garantia dos direitos sociais, presentes nos discursos de Hugo Chávez, uma recuperação não apenas do *rentismo* mas, sobretudo, do *Estado Mágico*. No entanto, a singularidade da dinâmica instaurada no final do século XX, no país, permite supor um processo de ressignificação do ideal democrático e não uma mera reversão de sua deterioração neoliberal ou uma retomada de acepções *perezjimenistas* ou *gomezistas*.

Este processo tem como elemento central a ideia de *participação* que, pelo menos no plano discursivo, ensinaria uma reversão do *pathos* rentista ao estimular os cidadãos a sair da posição de receptor passivo, cliente de um *Estado Mágico* providente e paternalista, outorgando à população um papel protagonista na definição e execução desses benefícios. Dessa forma, a Constituição venezuelana de 1999 confere ao Estado o papel de apoiador direto da economia popular e dos processos de decisão comunitários locais, sendo que este projeto tornar-se-á, nos anos que se seguem à promulgação da Carta, o núcleo do conceito bolivariano de socialismo, responsável por operar um novo processo de ressignificação da ideia de democracia. Esta guinada, por conseguinte, determinará uma profunda transformação institucional, na qual a democracia e liberalismo iniciam um processo de afastamento.

Considerações Finais

Este trabalho apresentou uma análise acerca das origens do chavismo, elaborada a partir de um questionamento especificamente direcionado à ideia de democracia, tendo em vista o propósito de indagar se tal processo deve ser entendido como continuidade ou ruptura, com relação ao legado de seus predecessores. Para isso, primeiramente, foi necessário buscar um marco conceitual que se adequasse à investigação aqui proposta. Nesta medida, a opção pelas contribuições de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau obedece à hipótese de que a relação de Hugo Chávez com seus seguidores segue uma dinâmica particular de representação, descrita através do conceito de *populismo*, delineado por Laclau.

Sendo assim, através deste recorte teórico foi empreendido, um breve resgate da história venezuelana do século XX, voltada ao sistema de governo alinhado pelo Pacto de *Punto Fijo*, que permaneceu no poder por mais de 30 anos. Ao longo deste resgate, foi possível identificar que muitas das características atribuídas ao chavismo como personalismo, centralismo, paternalismo e clientelismo não podem ser entendidas como uma novidade, já que são traços presentes também no ordenamento político que o antecede.

No entanto, à guisa de conclusão, cabe problematizar em que medida as inovações prometidas (e instauradas) durante seu governo conseguem transformar a relação entre a sociedade civil e o Estado, degenerada por uma longa trajetória rentista de clientelismo, opressão e cooptação. Portanto, é fundamental ressaltar que a opção por iniciativas de participação direta não tem como consequência a debilitação das instâncias de representação tradicional, mas é por ela causada. O mesmo se pode dizer sobre a popularidade de Chávez, enquanto fenômeno populista. Ambos decorrem da incapacidade dos partidos e sindicatos venezuelanos de atenderem às demandas da população. Por não se encontrarem devidamente canalizados pelas instituições representativas, os conflitos acabam eclodindo fora delas, quer na feição dos protestos de rua, quer, na sua face mais violenta, por meio de massacres e golpes.

Caberá a reflexões futuras indagar se os mecanismos de democracia direta e as iniciativas conselhistas conseguirão desempenhar tais funções durante a *V República*. Se isso acontecer, a Venezuela poderá ser considerada um caso relativamente “bem sucedido” de *populismo*, contornando as ameaças inerentes a este tipo de representação, no que diz respeito a sua deterioração rumo ao cesarismo plebiscitário²⁵.

25 Nas palavras de Rosanvallon, em sua historiografia sobre o conceito de democracia: “O cesarismo reside em uma abordagem da soberania popular inscrita em um quadro triplo: uma concepção da expressão popular por um procedimento que privilegia o plebiscito; uma filosofia da representação como encarnação do povo em um chefe; uma rejeição dos corpos intermediários que serviriam de obstáculo a um contato direto <face-a-face> entre o povo e o poder. Estas diferentes características indicam o bonapartismo para qualificar o cesarismo. Cesarismo que define o que pode ser chamado de democracia iliberal. Ao mesmo tempo que consagra o poder de legitimação e de sanção do povo (através de eleições livremente organizadas), as liberdades públicas (de imprensa de organização partidária, etc.) não são reconhecidas ao pretexto de que elas paralisarão a expressão livre e imediata da vontade geral, e o povo só pode ser capturado por enquanto totalidade inquebrantável” (ROSANVALLON, 2000, p. 201 – tradução nossa).

A forma de representação populista de fato compartilha características com aquela observada durante o *puntofijismo*. O populismo, porém, apresenta alguns elementos distintos que agravam a tendência cesarista, uma vez que concilia o personalismo e o centralismo (presentes em ambos) a um vínculo identitário de tipo mais imediato. Esse caráter advém exatamente da ausência de mediação por atores coletivos (sindicatos, partidos ou outros) que remetam a componentes ideológicos mais abstratos, quando contrastados a um vínculo representativo voltado a semelhanças “concretas” entre o líder e o *demos*, associadas a seus atributos físicos, sua personalidade, enfim, seus atributos enquanto homem do povo.

É a partir da fronteira entre opressores e oprimidos que se organiza a *V República*, conformada a partir das performances populistas de Chávez. A dicotomia entre ricos e pobres, todavia, não se origina nem se limita aos seus discursos, mas, é através deles que sua separação ganha feições de antagonismo. Por este motivo, a desigualdade social transforma-se em uma relação de inimizade, na qual se hostilizam os setores populares e as camadas médias e altas da população em uma troca de ofensas que quase sempre evoca a figura do presidente.

Certamente, os líderes da *IV República* também, por muitas vezes, recorreram à imagem de homem do povo como estratégia para conquistar a preferência dos eleitores. A novidade, pois, está no conceito de povo. No ordenamento anterior, ele se referia à totalidade dos cidadãos²⁶, no novo, o termo diz respeito, sobretudo, aos oprimidos, ou seja, às camadas mais pobres da população. E, exatamente por tal particularidade, que pressupõe uma operação de *catacrese*, na qual uma parte pretende ocupar o lugar da totalidade, se torna interessante tentar esclarecer esse processo de resignificação através das contribuições de Laclau. Este foi o objetivo da pesquisa aqui apresentada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONILLA-MOLINA, Luis y EL TROUDI, Haiman (2004). **Historia de la Revolución Bolivariana Pequeña crónica 1940 -2004**. Caracas: Ediciones Gato Negro.
- CARDOSO, Adalberto (2008). **Sindicatos Pós-Neoliberalismo na América Latina**. In: **Desempenho de Governos Progressistas no Cone Sul: Agendas Alternativas ao Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: EDIÇÕES IUPERJ.
- CAWSON, Alan (1986). **Corporatism and Political Theory**. Oxford: Blackwell.
- Comisión Presidencial para la Reforma del Estado (1989)**. Caracas: Ediciones COPRE, 1989.
- COMBELLAS, Ricardo. **El proceso constituyente y la Constitución de 1999**. Politeia v.30 n.30. Caracas: Instituto de Estudios Políticos, Universidad Central de Venezuela 2003.
- CORONIL, Fernando (2012). **El Estado mágico y el occidentalismo** <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/Coronil.pdf>. Acessado em fevereiro de 2012.
- CORONIL, Fernando (1997). **The Magical State: Nature, Money, and Modernity in Venezuela**. Chicago: University of Chicago Press.

26 A ideia de harmonia social entre os diferentes estratos da população era um elemento central da democracia *puntofijista*.

- LANDER, Edgardo (1995). **Neoliberalismo, Sociedad Civil y Democracia: Ensayo sobre Venezuela y América Latina**. Caracas: FACES, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales.
- LANDER, Edgardo (2007). **El estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela**. In OSAL, N° 22, septiembre. Buenos aires: Clacso.
- LACLAU, Ernesto (2005). **On Populist Reason**. London: Verso.
- LACLAU, Ernesto, MOUFFE Chantal (1985). **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. London/ New York: Verso.
- _____ (ed) (1994). **The Making of the Political Identities**. London: Verso.
- LASERNA, Roberto (2006). **La trampa del rentismo**, La Paz: Ed. Milenio.
- _____ (2005). **La democracia en el ch'enko**. La Paz: Ed. Milenio/Ceres.
- LISSIDINI, Alicia (2008). **La democracia directa en Venezuela: ¿democracia participativa o democracia plebiscitaria?**. Centre for Research on Direct Democracy, C2D Working Paper Series 25/2008. <http://www.c2d.ch>. Acessado em janeiro de 2011.
- LÓPEZ MAYA, Margarita (2006). **Venezuela 2001-2004: actores y estrategias en la lucha hegemónica**. In CAETANO, Gerardo. **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO.
- _____ (2002). **Protesta y cultura em Venezuela – los marcos de acción colectiva en 1999**. Caracas: FACES-UCV.
- _____ (2005). **Del Viernes negro al referendo revocatorio**. Caracas: Alfadil.
- _____ (2005). **Luta hegemônica na Venezuela. A crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez**. Caracas: Alfadil. Edição em português atualizada com acréscimo do cap. 16, sobre a conjuntura política até 2009.
- LÓPEZ MAYA, Margarita, LANDER, Luis E (2000). **La popularidad de Chávez: ¿base para un proyecto popular?**. In: Cuestiones Políticas N° 24, enero-junio. Maracaibo, 2000.
- _____ (1999). **Venezuela. La victoria de Chávez. El Polo Patriótico en las elecciones de 1998**. In: Nueva Sociedad No 160 (mar./abr). Caracas, 1999, p. 4-19
- MARX, Karl (2011). **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo.
- MOUFFE, Chantal (1993). **The Return of the Political**. London – New York: Verso.
- _____ (2000). **Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism**. Vienna: Institute for Advanced Studies, 2000.
- NEGRI, Antonio (1998). **O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A editora.
- OURIQUES, Nildo (org.) (2005). **Raízes no libertador – bolivarianismo e poder popular na Venezuela**. Florianópolis: Insular.
- PANIZZA, Francisco (2005). **Populism and the Mirror of Democracy (Introdução)**. In PANIZZA, Francisco (Ed.). **Populism and the Mirror of Democracy**. London/New York: Verso, 2005, p.5-40.
- PITKIN, Hanna F. (1972). **The Concept of Representation**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- PONCE, Marco Antonio (2011). **Lucha hegemónica, democracia y autoritarismo en el Socialismo del Siglo XXI**. IN: MODONESI, Massimo, REBÓN, Julian (orgs). **Una década en movimiento: luchas populares en América Latina en el amanecer del siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO,

- Prometeo Libros.
- RUNCIMAN, David; VIEIRA, Mónica Brito (2008). **Representation**. Cambridge: Polity Press.
- SALAMANCA, Luis (1997). **Crisis de la Modernización y Crisis de la Democracia en Venezuela**. Caracas: ILDIS – UCV.
- SANTODOMINGO, Roger (1999). **La conspiración 98: un pacto secreto para llevar a Hugo Chávez al poder**. Caracas: Alfadil Ediciones.
- SELEE, Andrew, PERUZZOTTI, Enrique (Eds) (2009). **Participatory Innovation and Representative Democracy in Latin America (introdução)**. Washington: Woodrow Wilson Center Press.
- SCHAAP, Andrew (2009). **Introduction**. In: SCHAAP, Andrew (ed). **Law and Agonistic Politics**. London: Ashgate, 2009, p.1-15.
- SCHMITT, Carl (1992). **O Conceito do Político**. Petrópolis, Vozes.
- SCHMITT, Carl (1996). **A Situação Intelectual do Sistema Parlamentar Atual, in A Crise da Democracia Parlamentar**. São Paulo: Scritta.
- THOMSON, Alex.. **Polemos and agon**. In: SCHAAP, Andrew (ed) (2009). **Law and Agonistic Politics**. London, Ashgate, 2009, p. 105-119.
- VICIANO PASTOR, Roberto, MARTÍNEZ DALMAU (2010). **Aspectos Generales del Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano**. In: **El nuevo constitucionalismo em America Latina**. Quito: Corte Constitucional.
- WINGENBACH, Ed (2011). **Institucionalizing Agonistic Democracy. Post Foundationalism and Political Liberalism**. Belfast: Ashgate.